
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2022

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA



ÍNDICE



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	2
1.1. Introdução	3
1.2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação	4
1.3. Recursos Humanos.....	5
2.1 Balanço Consolidado	10
2.2. Demonstração dos resultados por natureza	12
2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada e Demonstração do Desempenho Orçamental.....	14
2.4 Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações Por Natureza.....	19
2.5 Alterações ao Património Líquido Consolidado	21
3 – Anexo às Demonstrações Financeiras	23
Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	23
Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	25
Nota 3 – Ativos Intangíveis.....	27
Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: concedente.....	28
Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis	28
Nota 7 – Custo dos Empréstimos Obtidos	30
Nota 9 – Imparidades.....	31
Nota 10 – Inventários	31
Nota 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação	33
Nota 14 - Rendimentos de Transações sem Contraprestação.....	35
Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	37
Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato	38
Nota 18 Instrumentos Financeiros.....	39
Nota 19 - Benefícios dos Empregados	41
Nota 27 – Outras Divulgações Complementares à Consolidação	41
4.Proposta de Aplicação dos Resultados Consolidados	44

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

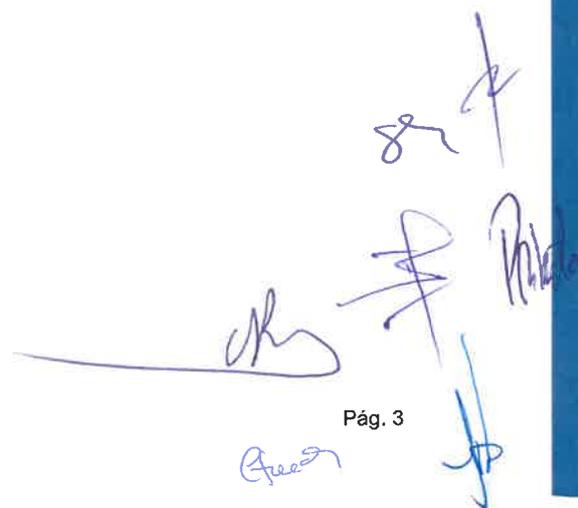
1.1. Introdução

O Município de Albergaria-a-Velha, relativamente ao exercício de 2022, apresenta as demonstrações financeiras consolidadas na sequência estabelecida no artigo 75.º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estabelece que os municípios “apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, em relação às entidades controladas ou participação em empresas locais (independentemente da percentagem de participação ou detenção do município).

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O perímetro de consolidação do Município de Albergaria-a-Velha engloba para além do próprio Município, a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A, onde é detida uma participação de 0,15%.

Os valores apresentados nos documentos e informações seguintes são em euros e reportam-se à data de 31.12.2022, salvo menção expressa em contrário.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller ones, located at the bottom right of the page.

1.2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

O perímetro de consolidação compreende a entidade mãe (município) - a que detém o controlo sobre outras entidades – e as entidades controladas (filhas), a menos que alguma possa (deva) ser excluída ou possa ser dispensada.

Os critérios para dispensa e exclusão são: a dimensão (materialidade); a natureza da atividade; as restrições ao exercício do poder; e a detenção para venda num período próximo.

Para além das situações referidas no parágrafo anterior, determina o RFALEI, no seu art.º 75º (n.º 6), a obrigação de serem ainda consolidadas as empresas locais, detidas pelo município (entidade mãe), independentemente da percentagem de participação ou situação de controlo.

O perímetro de consolidação do Município de Albergaria-a-Velha compreende a:

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, EM, S.A

A Município foi constituída em 1999, e integra o Município de Albergaria-a-Velha no ano de 2002.

A sua principal atividade desenvolve-se nas áreas da fotografia aérea, cartografia, cadastro, formação, consultoria e SIG.

Atividades Desenvolvidas e evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

O Município de Albergaria-a-Velha, desenvolve sumariamente as atividades municipais elencadas no artigo 23.º, da Lei 75/2013 e durante o ano de 2022, não desenvolveu qualquer relação comercial ou atividade com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. , qual desenvolve essencialmente a sua atividade nas áreas da fotografia aérea, cartografia, cadastro, formação, consultoria e SIG.

Em 2022, o Município de Albergaria-a-Velha não registou qualquer fluxo financeiro ou económico com Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A..

Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica:

Das atividades municipais elencadas no artigo 23º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (diploma que revogou a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro) o Município de Albergaria-a-Velha e

a entidade incluída no perímetro de consolidação não desempenharam quaisquer atividades em conjunto.

Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

A previsão da evolução futura da entidade que compõe o perímetro de consolidação será bastante condicionada pela conjuntura económica, não se perspetivando de momento a participação em mais entidades privadas ou pertencentes ao setor local.

Face ao peso relativo da participação do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada, e a evolução da mesma não terá efeito materialmente relevante nas contas consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha.

1.3. Recursos Humanos

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, a 31 de dezembro, contavam com o seguinte conjunto de trabalhadores:

Entidade	N.º Trabalhadores
Município de Albergaria-a-Velha	365
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	60

Análise económico-financeira

Em síntese analisa-se o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

Comparativamente com o ano de 2021, o balanço de 2022 reflete variações associadas ao processo de descentralização de competências na área da educação.

O ativo não corrente incorpora essencialmente os bens do domínio público e privado, e as participações financeiras que não revestem uma perspetiva de transmissibilidade no curto prazo, verificando-se um aumento dos ativos fixos tangíveis associado ao investimento realizado, e ao processo de descentralização de competências na área da educação, com a inclusão dos edifícios escolares, transferidos no processo de descentralização, nos ativos do município.

O ativo corrente apresenta algumas variações, salientando-se o aumento de Clientes, Contribuintes e Utentes, e de Caixa e Depósitos com variações de 216% e 69%, respetivamente. No ativo acorrente incluem-se ainda as estimativas dos acréscimos de rendimentos.

No património líquido destaca-se a variação de 290% relativa ao “resultado líquido do período”, e ainda as variações ocorridas nas “outras variações no património líquido”, essencialmente associada à forma de contabilização, prevista no SNC-AP, das transferências de capital provenientes do orçamento de estado, que passaram a ser reconhecidas nesta conta e posteriormente reconhecidas como rendimentos no mesmo montante das depreciações anuais dos ativos que estas transferências financiaram, e ainda à já referida inclusão dos edifícios escolares transferidos no âmbito do processo de descentralização de competências na área da educação.

No que concerne ao Passivo, o mesmo aumentou 8%, essencialmente face à variação: do saldo de fornecedores associado à emissão de faturação no final do ano de 2022 rececionada em janeiro de 2023; e outras contas a pagar onde se incluem os acréscimos de gastos com os subsídios de férias e remunerações relativas a férias a pagar em 2023 aos colaboradores.

O desenvolvimento do próximo quadro, que aprofunda e estabelece alguma comparabilidade entre balanços (2021 e 2022), tipifica a evolução percentual dos demais elementos patrimoniais.

Evolução do Balanço Consolidado

RUBRICAS	SNC-AP	SNC-AP	Variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	75 892 639,48	70 258 242,07	8%
Ativos intangíveis	0,06	2 047,98	-100%
Participações financeiras	1 904 420,52	1 904 288,83	0%
	77 797 060,06	72 164 578,88	7%
Ativo corrente			
Inventários	74 036,25	59 886,04	24%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	21 340,00	15 302,50	39%
Clientes, contribuintes e utentes	292 472,43	92 676,71	216%
Estado e outros entes públicos	97 163,22	78 079,31	24%
Outras contas a receber	5 069 169,99	4 589 942,67	10%
Diferimentos	60 279,36	64 231,61	-6%
Caixa e depósitos	3 823 449,05	2 268 097,59	69%
	9 437 910,30	7 168 216,43	32%
Total do Ativo	87 234 970,36	79 332 795,31	10%
Património Líquido			
Património /Capital	62 130 198,21	62 130 198,21	0%
Reservas	205 420,30	205 420,30	0%
Resultados transitados	-11 191 415,44	-11 234 397,33	0%
Ajustamentos em ativos financeiros	6 368,35	4 616,41	38%
Outras variações no Património Líquido	19 913 737,70	13 356 101,19	49%
Resultado Líquido do período	167 476,32	42 981,89	290%
Total do Património Líquido	71 231 785,44	64 504 920,67	10%
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	160 000,00	156 478,08	2%
Financiamentos obtidos	4 191 722,17	4 316 697,76	-3%
Diferimentos	6 621 746,24	6 819 333,26	-3%
Outras contas a pagar	1 066 528,62	927 658,74	15%
	12 039 997,03	12 220 167,84	-1%
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	1 259,35	32,42	3784%
Fornecedores	711 904,75	166 340,84	328%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	77 548,33	61 843,79	25%
Financiamentos obtidos	540 020,96	499 100,89	8%
Fornecedores de investimentos	165 962,99	30 399,23	446%
Outras contas a pagar	1 859 496,63	1 419 294,69	31%
Diferimentos	606 994,88	430 694,94	41%
	3 963 187,89	2 607 706,80	52%
Total do Passivo	16 003 184,92	14 827 874,64	8%
Total do Património Líquido e Passivo	87 234 970,36	79 332 795,31	10%

A evolução da demonstração de resultados por natureza em 2022, reflete os rendimentos essencialmente associados: ao processo de descentralização de competências na área da educação; à variação da cobrança de impostos face a 2021; à reabertura de equipamentos geradores de receita, encerrados temporariamente em 2021, face à situação da pandemia COVID-19, e ao aumento de rendimentos obtidos na alienação de ativos fixos tangíveis registados em outros rendimentos.

Salientando-se ainda que o método de imputação a rendimentos do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital e de outras receitas previstas no Orçamento de Estado são relevadas em contas do património líquido com eventual imputação parcial e anual a rendimentos, à semelhança dos subsídios de investimento, e que em POCAL (até 2019) eram imputados diretamente a proveitos.

Conforme descrito para a questão dos rendimentos, no mesmo sentido encontram-se também as já refletidas situações nos gastos da demonstração de resultados, e ainda a conseqüente alteração conjuntural relativa a fornecimentos de bens e serviços face à situação da guerra na Ucrânia, e da conjuntura inflacionista.

Nos rendimentos observa-se um aumento de 33% nas transferências e subsídios correntes, decorrente essencialmente do processo de descentralização de competências na área da educação. Verifica-se um aumento de 18% dos rendimentos associados a impostos, contribuições e taxas. Este aumento deve-se essencialmente aos rendimentos da Derrama e do Imposto Municipal sobre a Transmissão de Imóveis.

No que concerne aos gastos, observam-se as maiores variações absolutas nos gastos com pessoal e nos fornecimentos de bens e serviços externos que derivam essencialmente do processo de descentralização de competências na área da educação e da conjuntura inflacionista existente.

Evolução da Demonstração de resultados consolidados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Impostos, contribuições e taxas	6 985 658,29	5 896 838,19	18%
Vendas	19 615,42	18 479,85	6%
Prestações de serviços e concessões	1 812 462,79	1 558 041,55	16%
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-1 620,25	55,54	-3017%
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 831 718,43	6 617 530,20	33%
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-304 709,47	-335 125,53	-9%
Fornecimentos e serviços externos	-6 548 133,88	-4 767 652,78	37%
Gastos com pessoal	-6 890 936,68	-5 115 988,70	35%
Transferências e subsídios concedidos	-2 221 471,75	-2 100 422,76	6%
Prestações Sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-102 252,00	-3 534,19	2793%
Provisões (aumentos/reduções)	-3 521,92		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas /reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	2 039 283,00	1 219 384,89	67%
Outros gastos	-290 431,33	-24 671,31	1077%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 325 660,65	2 962 934,95	12%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 204 204,63	-2 972 607,20	8%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	121 456,02	-9 672,25	-1356%
Juros e rendimentos similares obtidos	88 558,12	73 840,63	20%
Juros e gastos similares suportados	-42 537,82	-21 186,49	101%
Resultado antes de impostos	167 476,32	42 981,89	290%
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período	167 476,32	42 981,89	290%
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam	167 476,32	42 981,89	290%

2.1 Balanço Consolidado

Balanço Consolidado

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	75 892 639,48	70 258 242,07
Ativos intangíveis	5	0,06	2 047,98
Participações financeiras	18	1 904 420,52	1 904 288,83
		77 797 060,06	72 164 578,88
Ativo corrente			
Inventários	10	74 036,25	59 886,04
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		21 340,00	15 302,50
Clientes, contribuintes e utentes		292 472,43	92 676,71
Estado e outros entes públicos		97 163,22	78 079,31
Outras contas a receber		5 069 169,99	4 589 942,67
Diferimentos		60 279,36	64 231,61
Caixa e depósitos	1.4	3 823 449,05	2 268 097,59
		9 437 910,30	7 168 216,43
Total do Ativo		87 234 970,36	79 332 795,31
Património Líquido			
Património /Capital		62 130 198,21	62 130 198,21
Reservas		205 420,30	205 420,30
Resultados transitados		-11 191 415,44	-11 234 397,33
Ajustamentos em ativos financeiros		6 368,35	4 616,41
Outras variações no Património Líquido		19 913 737,70	13 356 101,19
Resultado Líquido do período		167 476,32	42 981,89
Total do Património Líquido		71 231 785,44	64 504 920,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	160 000,00	156 478,08
Financiamentos obtidos	7,18	4 191 722,17	4 316 697,76
Diferimentos	4	6 621 746,24	6 819 333,26
Outras contas a pagar		1 066 528,62	927 658,74
		12 039 997,03	12 220 167,84
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		1 259,35	32,42
Fornecedores		711 904,75	166 340,84
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		77 548,33	61 843,79
Financiamentos obtidos	7,18	540 020,96	499 100,89
Fornecedores de investimentos		165 962,99	30 399,23
Outras contas a pagar		1 859 496,63	1 419 294,69
Diferimentos		606 994,88	430 694,94
		3 963 187,89	2 607 706,80
Total do Passivo		16 003 184,92	14 827 874,64
Total do Património Líquido e Passivo		87 234 970,36	79 332 795,31

2.2. Demonstração dos resultados por natureza

Demonstração de resultados consolidados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13,14	6 985 658,29	5 896 838,19
Vendas	13	19 615,42	18 479,85
Prestações de serviços e concessões	13	1 812 462,79	1 558 041,55
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-1 620,25	55,54
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	8 831 718,43	6 617 530,20
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-304 709,47	-335 125,53
Fornecimentos e serviços externos		-6 548 133,88	-4 767 652,78
Gastos com pessoal		-6 890 936,68	-5 115 988,70
Transferências e subsídios concedidos		-2 221 471,75	-2 100 422,76
Prestações Sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-102 252,00	-3 534,19
Provisões (aumentos/reduções)		-3 521,92	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13,14	2 039 283,00	1 219 384,89
Outros gastos		-290 431,33	-24 671,31
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 325 660,65	2 962 934,95
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-3 204 204,63	-2 972 607,20
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		121 456,02	-9 672,25
Juros e rendimentos similares obtidos	13	88 558,12	73 840,63
Juros e gastos similares suportados		-42 537,82	-21 186,49
Resultado antes de impostos		167 476,32	42 981,89
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		167 476,32	42 981,89
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		167 476,32	42 981,89

2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada e Demonstração do Desempenho Orçamental

Município de Albergaria-a-Velha			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		995 321,12	745 975,60
Recebimentos de contribuintes		6 194 257,32	5 477 320,91
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 673 491,13	6 633 470,48
Recebimentos de utentes		263 764,05	179 952,93
Pagamentos a fornecedores		-6 355 646,49	-5 021 068,23
Pagamentos ao pessoal		-6 620 294,48	-5 064 133,07
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 094 500,02	-2 307 350,36
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1 056 392,63	644 168,26
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		403 641,64	390 087,07
Outros pagamentos		-160 636,17	-165 597,85
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 299 398,10	868 657,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 218 700,11	-4 935 536,22
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 447 597,00	161 600,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		740 537,28	733 919,71
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		596 304,37	691 023,56
Transferências de capital		747 030,00	1 266 971,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		48 204,05	37 509,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		360 972,59	-2 044 512,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		414 344,41	699 340,44
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-498 399,93	-519 947,65
Juros e gastos similares		-20 963,71	-21 976,10
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-105 019,23	157 416,69
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 555 351,46	-1 018 438,64
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 268 097,59	3 286 536,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 823 449,05	2 268 097,59
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 268 097,59	3 286 536,23
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		2 268 097,59	3 286 536,23
De execução orçamental		1 307 686,96	2 508 031,56

Município de Albergaria-a-Velha			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
De operações de tesouraria		960 410,63	778 504,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 823 449,05	2 268 097,59
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		3 823 449,05	2 268 097,59
De execução orçamental		2 726 962,40	1 307 686,96
De operações de tesouraria		1 096 486,65	960 410,63

Município de Albergaria-a-Velha							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022							Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	1 307 686,96	0,00	0,00	0,00	960 410,63	2 268 097,59	3 286 536,23
Operações Orçamentais [1]	1 307 686,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1 307 686,96	2 508 031,56
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	960 410,63	960 410,63	778 504,67
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	16 800 238,06	0,00	163 543,49	0,00	0,00	16 963 781,55	13 845 614,91
R1 Receita Fiscal	6 194 257,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6 194 257,32	5 477 320,91
R1.1 Impostos diretos	6 194 257,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6 194 257,32	5 477 320,91
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	263 764,05	0,00	0,00	0,00	0,00	263 764,05	179 952,93
R4 Rendimentos de propriedade	788 741,33	0,00	0,00	0,00	0,00	788 741,33	771 428,85
R5 Transferências e subsídios correntes	8 509 947,64	0,00	163 543,49	0,00	0,00	8 673 491,13	6 633 470,48
R5.1 Transferências correntes	8 509 947,64	0,00	163 543,49	0,00	0,00	8 673 491,13	6 633 470,48
R5.1.1 Administrações Públicas	8 494 385,14	0,00	163 543,49	0,00	0,00	8 657 928,63	6 619 407,98
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	6 557 604,54	0,00	163 543,49	0,00	0,00	6 721 148,03	6 569 538,37
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	1 916 364,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1 916 364,40	29 453,41
R5.1.1.3 Segurança Social	20 416,20	0,00	0,00	0,00	0,00	20 416,20	20 416,20
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	15 562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	15 562,50	14 062,50
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	995 321,12	0,00	0,00	0,00	0,00	995 321,12	745 975,60
R7 Outras receitas correntes	48 206,60	0,00	0,00	0,00	0,00	48 206,60	37 466,14
Receita de capital	2 309 332,34	0,00	561 263,91	0,00	0,00	2 870 596,25	2 139 527,11
R8 Venda de bens de investimento	1 447 597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 447 597,00	161 600,00
R9 Transferências e subsídios de capital	782 070,46	0,00	561 263,91	0,00	0,00	1 343 334,37	1 957 994,56
R9.1 Transferências de capital	782 070,46	0,00	561 263,91	0,00	0,00	1 343 334,37	1 957 994,56
R9.1.1 Administrações Públicas	782 070,46	0,00	561 263,91	0,00	0,00	1 343 334,37	1 957 994,56
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	777 244,00	0,00	561 263,91	0,00	0,00	1 338 507,91	1 932 609,88
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	4 826,46	0,00	0,00	0,00	0,00	4 826,46	25 384,68
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	79 664,88	0,00	0,00	0,00	0,00	79 664,88	19 932,55
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	13 148,75	0,00	0,00	0,00	0,00	13 148,75	7 240,14
Receita efetiva [2]	19 122 719,15	0,00	724 807,40	0,00	0,00	19 847 526,55	15 992 382,16
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	414 344,41	0,00	414 344,41	699 340,44
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	414 344,41	0,00	414 344,41	699 340,44
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	20 430 406,11	0,00	724 807,40	414 344,41	0,00	21 569 557,92	19 199 754,16
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	262 621,41	262 621,41	331 838,05

Município de Albergaria-a-Velha							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	14 876 725,56	0,00	163 543,49	0,00	0,00	15 040 269,05	12 066 470,69
D1 Despesas com o pessoal	6 620 294,48	0,00	0,00	0,00	0,00	6 620 294,48	5 064 133,07
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	5 095 626,75	0,00	0,00	0,00	0,00	5 095 626,75	3 849 728,96
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	138 507,76	0,00	0,00	0,00	0,00	138 507,76	108 556,98
D1.3 Segurança Social	1 386 159,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1 386 159,97	1 105 847,13
D2 Aquisição de bens e serviços	6 199 961,88	0,00	155 684,61	0,00	0,00	6 355 646,49	5 021 068,23
D3 Juros e outros encargos	20 975,98	0,00	0,00	0,00	0,00	20 975,98	21 976,10
D4 Transferências e subsídios correntes	2 001 414,71	0,00	7 858,88	0,00	0,00	2 009 273,59	1 937 237,72
D4.1 Transferências correntes	1 967 079,49	0,00	7 858,88	0,00	0,00	1 974 938,37	1 910 172,22
D4.1.1 Administrações Públicas	837 524,71	0,00	0,00	0,00	0,00	837 524,71	930 888,55
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	217 448,30	0,00	0,00	0,00	0,00	217 448,30	23 667,29
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	620 076,41	0,00	0,00	0,00	0,00	620 076,41	907 221,26
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	1 037 954,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1 037 954,45	848 240,24
D4.1.3 Famílias	91 600,33	0,00	7 858,88	0,00	0,00	99 459,21	131 043,43
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	34 335,22	0,00	0,00	0,00	0,00	34 335,22	27 065,50
D5 Outras despesas correntes	34 078,51	0,00	0,00	0,00	0,00	34 078,51	22 055,57
Despesa de capital	2 328 318,22	0,00	561 263,91	414 344,41	0,00	3 303 926,54	5 305 648,86
D6 Aquisição de bens de capital	2 243 091,79	0,00	561 263,91	414 344,41	0,00	3 218 700,11	4 935 536,22
D7 Transferência e subsídios de capital	85 226,43	0,00	0,00	0,00	0,00	85 226,43	370 112,64
D7.1 Transferências de capital	85 226,43	0,00	0,00	0,00	0,00	85 226,43	370 112,64
D7.1.1 Administrações Públicas	48 588,85	0,00	0,00	0,00	0,00	48 588,85	188 419,15
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 000,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	48 588,85	0,00	0,00	0,00	0,00	48 588,85	176 419,15
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	36 637,58	0,00	0,00	0,00	0,00	36 637,58	177 128,05
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 565,44
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	17 205 043,78	0,00	724 807,40	414 344,41	0,00	18 344 195,59	17 372 119,55
Despesa não efetiva [6]	498 399,93	0,00	0,00	0,00	0,00	498 399,93	519 947,65
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	498 399,93	0,00	0,00	0,00	0,00	498 399,93	519 947,65
Soma [7]=[5]+[6]	17 703 443,71	0,00	724 807,40	414 344,41	0,00	18 842 595,52	17 892 067,20
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	126 545,39	126 545,39	149 932,09
Saldo para a gerência seguinte	2 726 962,40	0,00	0,00	0,00	1 096 486,65	3 823 449,05	2 268 097,59
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 726 962,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2 726 962,40	1 307 686,96
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 096 486,65	1 096 486,65	960 410,63
Saldo global [2] - [5]	1 917 675,37	0,00	0,00	-414 344,41	0,00	1 503 330,96	-1 379 737,39
Despesa primária	17 184 067,80	0,00	724 807,40	414 344,41	0,00	18 323 219,61	17 350 143,45
Saldo corrente	1 923 512,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1 923 512,50	1 779 144,22
Saldo de capital	-18 985,88	0,00	0,00	-414 344,41	0,00	-433 330,29	-3 166 121,75
Saldo primário	1 938 651,35	0,00	0,00	-414 344,41	0,00	1 524 306,94	-1 357 761,29
Receita total [1] + [2] + [3]	20 430 406,11	0,00	724 807,40	414 344,41	0,00	21 569 557,92	19 199 754,16
Despesa total [5] + [6]	17 703 443,71	0,00	724 807,40	414 344,41	0,00	18 842 595,52	17 892 067,20

2.4 Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações Por Natureza

[Handwritten signatures and marks]

Page 14

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações Por Natureza

Rubrica	Liquidações	31/12/2022	31/12/2021	Rubrica	Obrigações	31/12/2022	31/12/2021
	Receitas Correntes	316 625,42	133 552,10		Despesas Corrente	255899,09	72745,25
R011	Impostos Diretos			D01	Despesas Com Pessoal	78629,00	68357,70
R012	Impostos Indiretos			D011	Remunerações Certas e Permanentes	71765,11	58997,04
R013	Taxas, Multas e Outras Penalidades	135337,61	20,00	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	1219,34	4221,51
R04	Rendimentos de Propriedade			D013	Segurança social	5644,55	5139,15
R05	Transferências Correntes	21 340,00	15 302,50	D02	Aquisição de Bens e Serviços	176021,90	4199,84
R0511	Administração Central - Estado			D03	Juros e Outros Encargos		
R052	Exterior - EU			D04	Transferências Correntes	1230,29	187,71
R053	Outras	21340,00	15 302,50	D0411	Administração Central - Estado		
R06	Venda de Bens e Serviços	159645,34	117 884,81	D0412	Administração Central - Outras Entidades		
R07	Outras Receitas Correntes	302,47	344,79	D0415	Administração Local		
	Receita de Capital	25 456,22	456,22	D042	Instituições sem Fins Lucrativos	1000,00	0,00
R08	Venda de Bens de Investimento	25000,00		D043	Famílias	230,29	187,71
R09	Transferências de Capital			D044	Outras		
R0911	Administração Central - Estado			D05	Subsídios		
R0912	Administração Central - Outras Entidades			D06	Outras Despesas Correntes	17,90	
R093	Outras				Despesas de Capital	4907,92	2651,94
R10	Outras Receitas de Capital	456,22	456,22	D07	Investimento	4907,92	2651,94
R11	Reposições Não Abatidas aos Pagamentos			D08	Transferências de Capital		
	Receita Efetiva (2)	342081,64	134 008,32	D0812	Administração Central - Outras Entidades		
	Receita Não Efetiva (3)			D0815	Administração Local		
	Receita com Ativos Financeiros			D082	Instituições Sem Fins Lucrativos		
	Receita com Passivos Financeiros			D084	Outras		
	Receita Total (4) =(1)+(2)+(3)	342 081,64	134 008,32	D09	Outras Despesas de Capital		
					Despesa Efetiva (5)	260807,01	75397,19
					Despesa Não Efetiva (6)		
				D10	Despesas Com Ativos Financeiros		
				D11	Despesa Com Passivos Financeiro		
					Despesa Total (7) = (5)+(6)	260807,01	75397,19

2.5 Alterações ao Património Líquido Consolidado

[Handwritten signatures and marks]

Pag 21
[Handwritten signature]

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Município de Albergaria-a-Velha

Ano: 2022

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	62 130 198,21	0,00	0,00	0,00	205 420,30	-11 234 397,33	4 616,41	0,00	13 356 101,19	42 981,89	64 504 920,67	0,00	64 504 920,67
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 844,51	0,00	75 844,51	0,00	75 844,51
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 981,89	0,00	0,00	6 481 792,00	-42 981,89	6 481 792,00	0,00	6 481 792,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 981,89	0,00	0,00	6 557 636,51	-42 981,89	6 557 636,51	0,00	6 557 636,51
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167 476,32	167 476,32	0,00	167 476,32
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										124 494,43	6 726 112,83	0,00	6 726 112,83
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 751,94	0,00	0,00	0,00	1 751,94	0,00	1 751,94
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 751,94	0,00	0,00	0,00	1 751,94	0,00	1 751,94
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	62 130 198,21	0,00	0,00	0,00	205 420,30	-11 191 415,44	6 368,35	0,00	19 913 737,70	167 476,32	71 231 785,44	0,00	71 231 785,44

3 – Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido em 2020	Obs.	M.C.
Município de Albergaria-a-Velha	Praça Ferreira Tavares Albergaria-a-Velha	Autarquia Local – As constantes da Lei 75/2013, de 12 de setembro	-	-	a)	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	TagusPark, Oeiras	Fotografia Aérea, Cartografia, Cadastro, Formação, Consultoria e SIG.	MAV MUN OUT	0,155%	b)	M.E.P.

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º1 do Artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

b) Entidade detida maioritariamente por Municípios.

MAV – Município de Albergaria-a-Velha

MUN – Outros Municípios

OUT – Outras Entidades

M.C. – Método de Consolidação

M.E.P. – Método de Equivalência Patrimonial.

1.2 – Caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Ativo	Passivo	Património Líquido	Resultado do Período
Município de Albergaria-a-Velha	87.234.767,45	16.003.184,92	71.231.582,53	169.096,57
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	6.220.416,69	2.866.853,73	3.353.562,96	-1.046.763,26

1.3 Entidades Não sujeitas a Consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido pelo Município em 2022	Obs.
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Travessa Rua da Paz, 4 3800-587 Cacia - Aveiro	Serviço de abastecimento de água e de saneamento	6,37 %	a)
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Estrada de Trouxemil – Agrada Vale das Raposas 3025-607 Vil de Matos	Tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro	1,015 %	b)
ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque 3030-410 Coimbra	Promover a conceção da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do centro litoral de Portugal	0,59 %	a)
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 – 015 Lisboa	O FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.	0,114%	a)
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 COIMBRA	A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	c)	d)
Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga	Lugar da Feira Nova, EN 1 3850-200 Albergaria-a-Velha	Sistema de Abastecimento em Alta na região de Aveiro, de água de qualidade para consumo humano	c)	d)
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Rua do Carmo, 20 3800-127 Aveiro	Instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram.	c)	d)
Associação dos Caminhos de Fátima	Av. D. José Alves Correia da Silva 2495-402 FÁTIMA OURÉM	O fomento e a defesa dos Caminhos de Fátima, em todas as suas dimensões, a ajuda ao peregrino e/ou caminhante, a defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima	c)	d)
Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago	Rua Dr. Henrique Ferreira Botelho 5450-027 Vila Pouca de Aguiar	Promoção, divulgação, organização e gestão dos caminhos de Santiago em território nacional	c)	d)

- a) Entidade não prevista no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A percentagem é detida diretamente pelo Município. Entidade com capital detido maioritariamente pelo Estado.
- b) Entidade não prevista no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A percentagem do capital é detida diretamente pelo Município. Entidade com capital detido maioritariamente por privados.
- c) Não aplicável
- d) Entidade não abrangida para efeitos de consolidação, por inexistência dos requisitos previstos no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nota 1.4 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	300 624,05 €	4 851,96 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	3 522 825,00 €	2 263 245,63 €
Total	3 823 449,05 €	2 268 097,59 €

Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**2.1 Bases de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriadas em conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP. As derrogações às NCP reportadas anteriormente, não interferem com a posição financeira, em particular com a sua sustentabilidade de curto e médio e longo prazo.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações no decurso de 2020, e já no âmbito do SNCAP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNCAP.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem,

exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Com isto, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os demais “*stakeholders*”.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Contudo, neste relato financeiro nada existe a reportar.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP. De referir que em conformidade com o SNCAP, após o ano de 2020, a devolução de dinheiros decorrentes de pagamentos em duplicado ou em excesso, constituem na generalidade das situações, um abate à receita e aos rendimentos, e não um processo de despesa tal como sucedia no POCAL.

Continuidade

Observando o teor do art.º 235º e seguintes da Constituição da República Portuguesa, o Município de Albergaria-a-Velha continuará a operar no futuro, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. A esta evidência junta-se o processo em curso de descentralização de competências da administração central para os municípios, tendo sido já descentralizadas as competências na área da educação em 2022 e na área da ação em 2023, podendo vir a ocorrer a descentralização de competências na área da saúde ainda em 2023.

2.2 Principais Pressupostos Relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município, e mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

a) Vidas úteis e taxas de amortização

É aplicado o classificador complementar 2 do plano de contas multidimensional, publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

b) Métodos de Amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

d) Gastos de Reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos /reversões de depreciação e amortização” da demonstração de resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações.

Município de Albergaria-a-Velha

Anual (período 14) 2022

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	396 167,85	394 119,87	0,00	2 047,98	396 167,85	396 167,79	0,00	0,06
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	185 777,60	185 777,60	0,00	0,00	185 777,60	185 777,60	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	581 945,45	579 897,47	0,00	2 047,98	581 945,45	581 945,39	0,00	0,06

Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: concedente

Uma das derrogações às normas previstas na NCP 4 (acordos de concessão de serviços: concedente), tem a ver com os acordos de concessão celebrados entre o Município e o concessionário, que carecem de uma interpretação jurídica e da obtenção de informação financeira não disponível, no sentido de determinar se os mesmos estão ao abrigo da NCP 4. Com maior relevância existem as rendas de concessão da rede de iluminação pública, da qual o município usufrui de um rendimento, mas que para o qual não tem um inventário do objeto da concessão. Verifica-se ainda a existência da atribuição inicial associada à criação da sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A., o Município de Albergaria-a-Velha teve direito a uma retribuição inicial que ascende a 8.812.684,61 €, relevado na conta de proveitos diferidos.

O contrato de gestão vigora por 50 anos, pelo que o Município já reconheceu proveitos: em anos anteriores no valor de 2.159.107,71 €, e no exercício em apreço 176.253,69 €. Existem rendimentos a reconhecer em exercícios futuros no valor de 6.477.323,21 €. Estes valores poderão estar sujeitos a ajustamentos uma vez que o EVEF da entidade se encontra em reavaliação, pelo que tendo em consideração a informação disponível, nomeadamente, os últimos cenários do EVEF, consideramos prudente manter a atual contabilização de apenas 66,5% da retribuição prevista no EVEF inicial. O Município não detém informação financeira que permita um correto enquadramento do inventário e/ou reconhecimento desta situação no âmbito das normas do SNC-AP.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis**5.1 Ativos Fixos Tangíveis Reconhecidos nas demonstrações financeiras**

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações;
Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos, das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas (em 2022 não foram incorporados quaisquer trabalhos para a própria entidade).

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Município e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com a manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo, dado constante no classificador complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNCAP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

As fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável de ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.



Pág. 29

Ativos Fixos Tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Tendo por base o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	760 772,72	0,00	0,00	760 772,72	1 091 269,40	0,00	0,00	1 091 269,40
Edifícios e outras construções	4 166 205,55	2 613 190,06	0,00	1 553 015,49	4 383 503,34	2 802 600,23	0,00	1 580 903,11
Infraestruturas	52 280 806,97	40 791 884,61	0,00	11 486 922,36	53 047 949,10	41 851 202,56	0,00	11 196 746,54
Património histórico, artístico e cultural	65 210,63	0,00	0,00	65 210,63	65 210,63	0,00	0,00	65 210,63
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 016 406,97	0,00	0,00	1 016 406,97	1 332 993,50	0,00	0,00	1 332 993,50
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	19 300 409,60	0,00	0,00	19 300 409,60	19 524 387,44	0,00	0,00	19 524 387,44
Edifícios e outras construções	49 873 891,42	18 612 363,07	0,00	31 261 528,35	58 741 480,11	20 893 865,31	0,00	37 847 623,80
Equipamento básico	4 672 754,13	3 333 953,26	0,00	1 338 800,87	4 637 920,32	3 445 958,55	0,00	1 191 961,77
Equipamento de transporte	1 288 243,95	1 159 545,98	0,00	128 697,97	1 365 430,14	1 219 774,74	0,00	145 655,40
Equipamento administrativo	1 438 929,20	1 346 190,79	0,00	92 738,41	1 509 662,33	1 367 785,10	0,00	141 877,23
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 240 289,90	1 585 745,35	0,00	654 544,55	2 335 551,48	1 746 380,86	0,00	589 170,62
Ativos fixos tangíveis em curso	2 597 194,15	0,00	0,00	2 597 194,15	1 184 840,04	0,00	0,00	1 184 840,04
Total:	139 701 116,19	69 442 873,12	0,00	70 268 242,07	149 220 206,83	73 327 667,36	0,00	76 892 639,48

Nota 7 – Custo dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período a que respeitam na base do acréscimo, sendo capitalizados os juros de empréstimos associados a empreitadas enquanto as mesmas se encontram em curso. De referir que no final do ano de 2022 ainda se encontram montantes por utilizar relativos aos seguintes empréstimos de médio e longo prazos:

- Financiamento da empreitada “Ampliação da Zona Industrial”;
- Financiamento da empreitada “Beneficiação de Arruamentos no Concelho”

Empréstimos Obtidos de Médio e Longo Prazo	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Corrente	540 020,96	499 100,89
Passivo Não Corrente	4 191 722,17	4 316 697,76
Total	4 731 743,13	4 815 798,65

Nota 9 – Imparidade de Ativos

Na imparidade de ativos encontram-se registadas:

- Dívidas que se encontram em situação de cobrança duvidosa a clientes (essencialmente relativas à taxa de resíduos sólidos urbanos);
- Situações de pré-contencioso que se encontram relevadas em outras contas a receber
- Matérias-primas/materiais oriundos dos extintos serviços municipalizados e que se encontram em estado obsoleto.

2022**Imparidade de Ativos**

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	318 990,84	26 897,66	379,25	292 472,43
Outras contas a receber e a pagar	2 077 034,38	99 852,63	0,00	1 977 181,75
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80 187,23	6 192,12	0,00	73 995,11
Total:	2 476 212,45	132 942,41	379,25	2 343 649,29

Nota 10 – Inventários

- a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, baseou-se no custo médio ponderado, aliás um modelo valorização que se mantém vindo do regime contabilístico POCAL.
- b) A quantia de inventários reconhecidas como gasto do período, releva o gasto referente ao consumo de matérias, primas, subsidiárias e de consumo.

Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	41,14		41,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80 187,23	6 192,12	73 995,11
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	80 228,37	6 192,12	74 036,25

Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
- Mercadorias	41,14								41,14
- Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	59 844,90	321 961,01	304 709,47				3 101,33		73995,11
- Produtos acabados e intermédios									
- Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
- Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	59 886,04	321 961,01	304 709,47	0	0	0	3 101,33	0	74 036,25

Nota 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação

a) Políticas contabilísticas

Vendas - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Município;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados

Prestação de Serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Dividendos – O rendimento poderá ser reconhecido a partir do momento em que é obtida a receita, quando não exista informação sobre os resultados e/ou distribuição de dividendos das entidades participadas, tratando-se obviamente de uma derrogação ao SNCAP, mas que objetivamente não introduz um nível de materialidade substancialmente relevante, que interfira com a caracterização da posição financeira do Município.

Quadro - Rendimentos de Transações Com Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber *		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	225851,35		20,00	73,00	
Multas e Outras Penalidades	145190,54			135264,61	
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	17144,92		1007,13	715,15	
Prestação de serviços	2470,50		3912,15	24984,75	
Serviços Específicos do Setor da Educação	279,00				
Serviços Específicos das Autarquias Locais	666153,11				
Concessões	919156,41		80845,48	89770,48	
Vistorias e ensaios	6060,00				
Serv. Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	172455,46				
Aluguer de Equipamentos	864,56		23310,28	37644,81	
Outros Serviços	47494,25			6530,15	
Outros Rendimentos e Ganhos			8809,77		
Rendimentos Suplementares					
Ganhos em inventários	502,92				
Rendimentos em Investimentos não financeiros	754624,06			25000,00	
Correções Relativas a períodos anteriores	27286,29				
Outros Não Especificados	170341,67		801,01	758,69	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	88558,12				
TOTAL	3244781,66		118705,82	320741,64	

* Inclui IVA quando aplicável.

Nota 14 - Rendimentos de Transações sem Contraprestação**14.1 Divulgação das Classes de Rendimentos Sem Contraprestação**

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no exercício findo de 2022, tem a seguinte decomposição:

Quadro - Rendimentos de Transações Sem Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	1669263,55				
Imposto municipal sobre imóveis	2881793,65				
Imposto único de circulação	759394,93				
Impostos indiretos					
Impostos Indiretos Específicos das autarquias Locais	5044,20				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1299120,07				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	6709794,34				
Serviços e Fundos Autónomos	1916364,40				
Resto do Mundo	163543,49				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	20100		15302,50	21340,00	
Outras Entidades					
Subsídios correntes	20416,20				
Reversões					
De perdas por imparidade	57,32				
De provisões	379,25				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1086179,56	75844,51			
Doações		6393290,73			
TOTAL	16532950,96	6469135,24	15302,50	21340,00	

Nota: O montante reconhecido em património líquido refere-se aos subsídios e transferências para investimentos recebidos independentemente do ano de recebimento

* As doações incluem as escolas transferidas para o Município no âmbito do processo de descentralização de competências na área da educação, no valor de 6382790,73 €

14.1A Transferências de Capital**Rendimento Reconhecido em Resultados de Transferências Do Orçamento de Estado**

**Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano Multidimensional
— Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas**

5939 Outras transferências e subsídios de capital

RECEITAS DE CAPITAL (Orçamento de Estado)	Receitas	Rendimento Reconhecido Em Proveitos 2022 - Receitas 2020	
		FEF Capital	Artigo 35.º, n.º 3, Lei 73/2013
Receitas de Capital			
5939111 FEF Capital	532971,00	25630,23	35567,08
5939112 Artigo 35.º, n.º3, da Lei n.º73/2013	604220,00		
		Rendimento Reconhecido Em Proveitos 2022 - Receitas 2021	
Receitas de Capital 2022		FEF Capital	Artigo 35.º, n.º 3, Lei 73/2013
5939111 FEF Capital	574180,00	12053,53	33703,01
5939112 Artigo 35.º, n.º3, da Lei n.º73/2013	692791,00		
		Rendimento Reconhecido Em Proveitos 2022 - Receitas 2022	
Receitas de Capital 2022		FEF Capital	Artigo 35.º, n.º 3, Lei 73/2013
5939111 FEF Capital	561150,00	501039,31	2739,10
5939112 Artigo 35.º, n.º3, da Lei n.º73/2013	185880,00		

Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

15.1 As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação

As provisões resultam de processos judiciais em curso.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Processos judiciais em curso	156 478,08 €	160 000,00 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €
Outras provisões	- €	- €
Total	156 478,08 €	160 000,00€

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

Após a data de relato de 31 de dezembro de 2022, verificam-se acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos financeiros às peças de relato do ano de 2022, e de consequências incertas que não permitem estimar com fiabilidade o efeito financeiro das mesmas nomeadamente:

- A descentralização de competências para os órgãos municipais - Em abril de 2023 iniciou-se a transferência de competências na área da ação social para o Município de Albergaria-a-Velha, tendo sido outorgados protocolos com as IPSS para o exercício de atividades relacionados desta área de descentralização. A transferência de competências do Estado para os órgãos municipais terá algum impacto nas futuras demonstrações financeiras e orçamentais do Município, prevendo-se que este impacto estará essencialmente associado às despesas de natureza corrente. À presente data não é possível determinar se o processo de descentralização de competências na área da saúde ocorrerá durante o ano de 2023 no Município de Albergaria-a-Velha, e consequentemente não será possível determinar quais os seus efeitos financeiros.

Nota 18 Instrumentos Financeiros**18.1 Políticas Contabilísticas e Bases de Mensuração**

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de património líquido apenas são reconhecidos pelo Município de Albergaria-a-Velha quando esta se torna uma parte das disposições contratuais do mesmo.

Em 31 de dezembro o Município de Albergaria-a-Velha, apresenta o seguinte volume de passivos financeiros:

Empréstimos Obtidos de Médio e Longo Prazo	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Corrente	540 020,96	499 100,89
Passivo Não Corrente	4 191 722,17	4 316 697,76
Total	4 731 743,13	4 815 798,65

Em matéria de ativos financeiros, o Município de Albergaria-a-Velha detém as seguintes participações:

Participações em entidades societárias

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício			
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/21
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Sociedade Anónima	509107630	1 114 750,00 €	23/09/2009	6,370%	1 114 750,00 €
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Sociedade Anónima	503004405	86 305,00 €	05/09/1996	1,015%	41 375,00 €
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.*	Empresa Municipal	504475606	5 009,96 €	15/04/2002	0,150%	4 987,98 €
AdCL - Águas dos Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	513606181	237 775,00 €	01/07/2015	0,590%	265 627,63 €
Fundo de Apoio Municipal		513319182	477 477,00 €	25/08/2014	0,110%	477 477,00 €

*(Informação do valor contabilizado ao custo na conta individual do Município) (Valor da Município Consolidado 5.190,88 €)

O Município além dos ativos financeiros acima mencionados tem participação nas seguintes entidades não societárias:

Participações em entidades não societárias

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício			
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito*	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/22**
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	501627413	N/A*	22/02/1985	N/A*	5003,06 €
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Associação de Municípios	501816267	N/A*	22/10/1986	N/A*	- €
ACF - Associação Caminhos de Fátima	Comunidade Intermunicipal Associação Direito Privado	508771935	N/A*	01/01/2014	N/A*	22446,00 €
FPDCS - Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Associação Direito Privado	513836250	N/A*	12/02/2016	N/A*	- €
		515645478	N/A*	17/05/2019	N/A*	500,00 €

* N/A - Não Aplicável

** Valor da quota

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço no Município de Albergaria-a-Velha foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As despesas com pessoal líquidas da entidade mãe ascenderam a 6.620.294,48 € decompondo-se nos seguintes montantes:

- Remunerações Certas e Permanentes 5.095.626,75 €;
- Abonos Variáveis e Eventuais 138.507,76 €;
- Segurança Social 1.386.159,97 €.

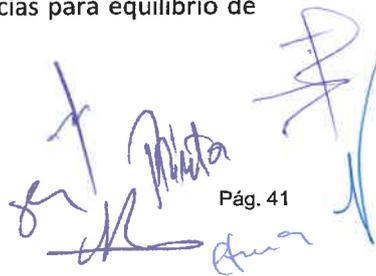
Nota 27 – Outras Divulgações Complementares à Consolidação

Considerando que a participação detida pelo Município na entidade sujeita a consolidação é inferior a 50%, foi adotado o método de equivalência patrimonial para determinar o valor do investimento financeiro.

Não existiram quais fluxos financeiros entre a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. e o Município de Albergaria-a-Velha

A participação do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada encontra-se registada a custo de aquisição nas contas individuais do Município.

Tendo-se utilizado o método da equivalência patrimonial para efeitos de consolidação com a entidade do perímetro, foram registadas as respetivas variações patrimoniais, incluindo os resultados transitados, o resultado líquido do exercício, e as transferências para equilíbrio de resultados da seguinte forma.



Pág. 41

Entidade	Investimento Financeiro (Contas Individuais – Município)	Ajustamentos (MEP) Acumulado	Investimentos Financeiros (Consolidado)
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	4.987,98 €	202,90 €	5.190,88 €

Da consolidação de contas, por aplicação do MEP, resultaram os seguintes ajustamentos:

- Aumento do Investimento Financeiro em 131,68€;
- Reconhecimento de gastos pela aplicação do MEP no valor de 1.620,25€;
- Ajustamentos em ativos financeiros relacionados com a aplicação do MEP no valor 1751,94 €.

Nos anos anteriores foram efetuados os seguintes ajustamentos através da aplicação do método de equivalência patrimonial:

No ano de 2021, a aplicação do MEP traduziu-se nos seguintes ajustamentos aumento do investimento financeiro em 116,08 €, por contrapartida de 55,54 € de ganhos relativos a resultados e 60,54 € em ajustamentos em ativos financeiros.

No ano de 2020, os ajustamentos efetuados pelo MEP foram de -21,37 ao investimento financeiro, por contrapartida de 2470,58 € relevados em gastos e 2.449,21 € em ajustamentos em ativos financeiros.

No ano de 2019, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (-49,53 €), e custos em entidades participadas (160,43€).

A WRC, foi extinta e liquidada em 2018, pelo que se procedeu ao abate contabilístico desse investimento financeiro, após o reajustamento obtido em anos anteriores, por contrapartida da conta ajustamentos de capital em empresas face aplicação do método de equivalência patrimonial (428,32 €). Em 2018, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados na conta ganhos em entidades participadas (9,43€).

No ano de 2017, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (26,59€), ganhos em entidades participadas (15,36€), e custos em entidades participadas (1.373,54€).

Em 2016, e após consolidação/eliminação dos dividendos (53,17 €) relativos às contas do ano de 2015 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., no cálculo

dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (410,75), ganhos em entidades participadas (12,39€).

Em 2015, e após consolidação/eliminação da transferência financeira (1.914,44€) para equilíbrio de contas do ano de 2013 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (-1.933,62€), incluindo a consolidação da transferências financeira referida, ganhos em entidades participadas (54,72€) e custos em entidades participadas (718,03€).

Em 2014, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (4.080,81€) resultados transitados (-7.596,72€), ganhos em entidades participadas (56,79€) e custos em entidades participadas (79,59€).

Assim para efeitos de consolidação verificaram-se os seguintes ajustamentos entre 2014 e 2022 ao investimento financeiro atual (Município):

Entidade	Investimentos Financeiro (Contas Individuais – Município)	Ajustamentos (MEP)									Investimentos Financeiros (Consolidados 2022)
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	4.987,98 €	147,10 €	54,62 €	-40,02 €	15,34 €	9,43 €	-209,96 €	-21,37 €	116,08 €	131,68 €	5 190,88 €

4. Proposta de Aplicação dos Resultados Consolidados

Sobre a proposta de aplicação dos resultados de 2022 na ausência de qualquer diretriz específica sobre esta matéria no SNC-AP, e considerando que o ponto 2.7.3 (Resultado Líquido do Exercício) do POCAL foi revogado pelo citado diploma, a presente proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de **167 476,32 €**, é que o mesmo seja transitado para a conta de resultados transitados.

ORGÃO EXECUTIVO
Em <u>01</u> de <u>junho</u> de <u>2023</u>
.....

ORGÃO DELIBERATIVO
Em..... de de
.....


Catarina Pereira Soares

Sérgio Pinto
Albino Alberto da Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS*

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Albergaria-a-Velha** (o Grupo), que compreendem balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 87.234.970 euros e um total de património líquido de 71.231.785 euros, incluindo um resultado de 167.476 euros), a demonstração de resultados consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

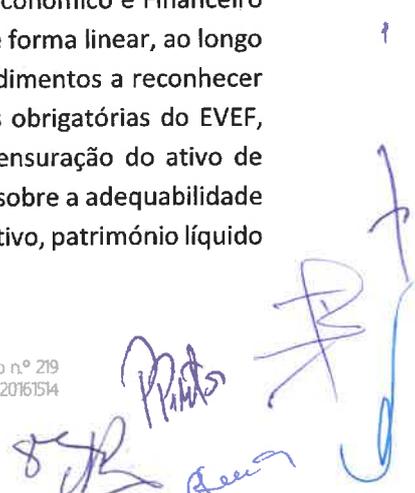
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos descritos no primeiro e segundo parágrafo da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Albergaria-a-Velha** em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

O Município possui mapas de inventário dos bens do seu ativo fixo tangível, elaborados de acordo com o previsto, no Classificador Complementar do plano de contas multidimensional, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, dada a dimensão, natureza e complexidade da avaliação e inventariação do património do Município, não está assegurado que este inclua de forma inequívoca e pelos valores adequados os terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções e infraestruturas, não sendo possível concluir quanto às asserções da plenitude, titularidade e valorização, e por consequência ao seu impacto no ativo, património líquido e resultado do exercício.

Conforme referido na nota 4 do Anexo, o Município, no âmbito do contrato de gestão celebrado com a Águas da Região de Aveiro, S.A., recebeu 8.812.685 euros, correspondente a 66,5% do valor da retribuição total calculada com base no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF) inicial. O Município tem vindo a reconhecer estes rendimentos, de forma linear, ao longo do tempo do contrato, 176.253,69€ no exercício de 2022, existindo rendimentos a reconhecer no montante de 6.477.323,21€. Face ao desconhecimento das revisões obrigatórias do EVEF, bem como de informação necessária ao correto reconhecimento e mensuração do ativo de concessão, nos termos exigidos pelo SNC-AP, não nos é possível concluir sobre a adequabilidade da contabilização desta concessão, nem sobre os eventuais impactos no ativo, património líquido e resultado do exercício.

1



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 15 do Anexo, encontram-se constituídas provisões para riscos e encargos, do Município, no montante de 160.000 euros, que se destinam a fazer face a processos judiciais em curso. O resultado destes processos vai depender de prova a produzir em julgamento e das sentenças que vierem a ser proferidas, concluindo-se que os créditos reclamados assumem a natureza de litígios de valor incerto.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de executivo é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

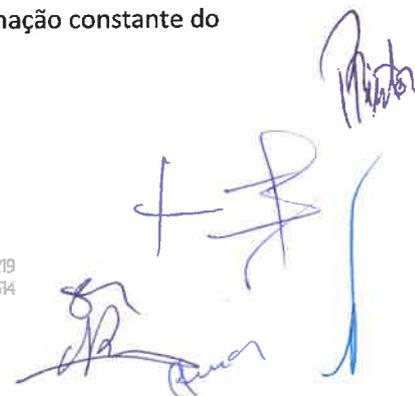
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado

de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com o órgão executivo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, __ de maio de 2023

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda
Representada por:

Helder Manuel Martins Pereira
Registado sob os n.ºs 1222 na OROC e 20160833 na CMVM

*** A presente CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, corresponde ao seu projeto final, tornando-se em versão definitiva no momento da aprovação das contas pela Câmara Municipal (no exercício das competências estabelecidas na alínea i), n.º 1, art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), na versão correspondente à minuta final das demonstrações financeiras consolidadas que nos foram apresentadas para procedermos à sua Revisão.**